



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0011040-76.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Katia Silene Cavichiolo**  
 Requerido: **Banco Santander (brasil) Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

### DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou que possui conta junto ao réu, o qual promoveu injustificado bloqueio nela correspondente a R\$ 963,78 sob a justificativa de “*recuperação de crédito em atraso*”.

Alegou ainda que nada devia ao réu, de sorte que pleiteou a declaração de inexistência do débito e o recebimento de indenização para reparação dos danos que experimentou.

As preliminares suscitadas pelo réu em contestação não merecem acolhimento.

Com efeito, a despeito da autora aludir na exordial ao art. 649, inc. IV, do Código de Processo Civil (fl. 05, segundo parágrafo), o exame acurado dos autos evidencia que ela se volta contra bloqueio implementado pelo réu em sua conta porque nada lhe devia.

Nesse contexto, a ação transparece como meio útil e necessário à reparação do problema (até porque na esfera administrativa isso não foi possível), presente dessa forma o interesse de agir.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

No mais, é patente a possibilidade de exame da questão posta porque não poderia em tese o réu promover o bloqueio de conta de algum cliente sem que houvesse motivo para tanto.

Rejeito as prejudiciais arguidas, pois.

No mérito, o réu invocou de início a pequena falha de sua parte (fl. 32, penúltimo parágrafo), mas na sequência teceu considerações sobre um “*empréstimo com pagamento para desconto em conta corrente*” (fl. 53, primeiro parágrafo).

De qualquer modo, em momento algum explicitou qualquer dívida concreta a cargo da autora que rendesse ensejo ao débito cristalizado a fl. 13.

Não amealhou sequer um indício que permitisse vislumbrar lastro à sua conduta, ônus que era seu por força do art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, além de não ser exigível à autora a demonstração de fato negativo.

Tal conduta, portanto, há de reputar -se ilegítima.

Bem por isso, a declaração da inexistência da dívida é de rigor, a exemplo da condenação do réu ao ressarcimento dos danos morais suportados pela autora.

A propósito, é inegável que qualquer pessoa mediana se veria diante de situação extremamente constrangedora se quase um terço de seu salário fosse debitado pelo estabelecimento bancário injustificadamente.

Isso daria margem a abalo de vulto, que vai muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana, reiterando-se que por duas vezes a autora buscou sem sucesso a resolução da pendência (fl. 04, terceiro parágrafo, o que não foi impugnado especificamente pelo réu).

O valor da indenização, porém, não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pela autora em quatro mil reais.

Ademais, a restituição do valor debitado é necessária como forma de recompor o prejuízo material causado à autora, mas ela não se dará em dobro.

A propósito, o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro cogitar de má-fé da ré, conquanto sua conduta tenha sido abusiva, de maneira que não terá aplicação a aludida regra.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência do débito tratado nos autos e para condenar o réu a pagar à autora as quantias de R\$ 4.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 963,78, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2013 (época do débito de fl. 13), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 31 de janeiro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**